



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS - GO

S E R V I Ç O   D E   P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA

18/03/19

EXERCÍCIO

2019

NR. DO PROCESSO

059/19

Interessado: VEREADOR LUZIMAR SILVA

Localidade: Anápolis - Go

Data do Papel: 18 de março de 2019

CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO

Projeto de Lei Ordinária

CLASSIFICAÇÃO ALFABÉTICA

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a proibição da comercialização e locação no Município de Anápolis de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência e dá outras providências.



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Encaminhado à Comissão de  
Constituição e Redação  
19.03.19  
Presidente  
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2019

PROTOCOLADO Nº 59  
Data 18.03.19 14 Horas  
Serviço de Expediente

**“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA  
COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO NO  
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS DE JOGOS  
ELETRÔNICOS QUE CONTENHAM  
CENAS DE VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”**

A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu, **PREFEITO DE ANÁPOLIS**, sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º.** Fica proibida a comercialização e locação, no município de Anápolis, de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência.

**Art 2º.** O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará as seguintes sanções:

§1º Multa no valor correspondente a cinco vezes o valor da mercadoria;

§2º suspensão das atividades comerciais por até 45 (quarenta e cinco) dias no caso de reincidência;

§3º cassação do alvará de funcionamento em caso de nova reincidência.

**Art 3º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art 4º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**18 de março de 2019**

**Luzimar Silva**  
Vereador

**Vereador Luzimar Silva**

**PMN**



Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei Nº \_\_\_\_/2019, que **“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS DE JOGOS ELETRÔNICOS QUE CONTENHAM CENAS DE VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Apresentando para tanto as seguintes.

#### **JUSTIFICATIVAS:**

Uma pesquisa realizada e divulgada pela American Association of Psychology (APA) concluiu que jogos eletrônicos violentos podem estimular comportamentos agressivos. Visto os acontecimentos históricos de desastres violentos no Brasil e várias outras nações foi exposto a lei justificada.

Para o neuropediatra Antônio Carlos de Farias, do Hospital Pequeno Príncipe (PR), que desenvolveu sua tese sobre videogames, os resultados da pesquisa têm a ver, não apenas com o conteúdo violento de determinados jogos, mas também com a frequência e a intensidade em que as crianças ficam em contato com eles. “Estudos anteriores monitoraram a frequência cardíaca, o pulso e a dilatação pupilar de pessoas expostas a situações de violências por meio de games. No começo, o coração acelera, a pupila dilata, há uma reação autonômica [*do sistema nervoso*]”, explica. Mas, se essas mesmas pessoas continuam jogando durante semanas, aos poucos, essas respostas vão diminuindo e como se as cenas de horror não chocassem mais. “Por isso dizemos que jogos violentos causam certo embotamento afetivo nas crianças: a violência já não causa mais espanto”, completa. Neste sentido, faz-se importante que o Poder Público entre em ação para combater a venda desses jogos eletrônicos com cenas de violência no município.

Diante do exposto, é de suma importância a aprovação do presente Projeto, conforme expedido nas linhas pretéritas, pelo que o encaminhamento à Vossa Excelência e dignos Pares, para deliberação.

Atenciosamente,

  
Luzimar Silva  
Vereador

**Vereador Luzimar Silva**  
**PMN**



Imprimir

Câmara Municipal de Anápolis - GO de Anápolis - GO  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

## RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: P8beb017599ff2b473501a4c8b3082c17K8524

Tipo de  
Proposição:  
**Projeto de Lei  
Ordinária**

Autor: LUZIMAR SILVA

Data de Envio:  
**18/03/2019  
14:13:52**

Descrição: **“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA  
COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
ANÁPOLIS DE JOGOS ELETRÔNICOS QUE CONTENHAM  
CENAS DE VIOLENCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

*Luzimar Silva*  
Assinador

LUZIMAR SILVA







PROJETO DE LEI Nº 059, DE 18 DE MARÇO DE 2019

## PARECER DE REDAÇÃO

De acordo com a regra prevista na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em que a elaboração de leis no Brasil deve observar a técnica legislativa adequada, o texto referente ao Projeto de Lei, cuja propositura é do Vereador Luzimar Silva-PMN.

Em sua ementa, mostra o entendimento das normas de conteúdo relacionadas à matéria em questão, revelando o objetivo da lei e para quem se reserva o Projeto de Lei. Os caracteres aparecem alinhados à direita em negrito a expressão *“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS DE JOGOS ELETRÔNICOS QUE CONTENHAM CENAS DE VIOLENCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*, causando uma notabilidade no conteúdo.

A boa técnica linguística se encontra presente na parte preliminar do Projeto de Lei. São percebidos a epígrafe, a ementa, o preâmbulo e o enunciado do objeto, indicando, todos, a aplicação das técnicas normativas.

No que se refere à unidade básica de articulação Artigo, seus cinco artigos estão evidentes pelas abreviaturas “Art.”, seguidos da numeração ordinal; o conteúdo que sucede ao texto surge de maneira coloquial, no formato padrão da norma culta.

No mais, o texto conta com proposições consideráveis e justificativa relevante.



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Fls. 06

## **CERTIDÃO Nº 44/2019**

IDENTIFICAÇÃO: 059 de 18/03/2019

ASSUNTO DA PROPOSITURA: AUTOR(A), Luzimar Silva, dispõe sobre a proibição da comercialização e locação no município de Anápolis de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência e dá outras providências.

Certificamos para os devidos fins de direito e de acordo com a resolução nº 012/2006, que após pesquisa nos anais desta Casa de Leis não encontramos registro pertinente a propositura supra-apresentada.

Declaro e atesto a veracidade desta presente certidão.

Câmara Municipal de Anápolis-GO, em 25 de Março de 2019.

  
Dr. Arunan Pinheiro Lima  
Diretor Legislativo

  
Ricardo C. Lourenço  
Departamento de Arquivo





CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

Fls. 07

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Ver. Uledisson Lopes

EM 26 / 03 / 19

Thais Souza

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

PARECER EM ANEXO



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Número do Processo: 59/19.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. PROIBIÇÃO DA  
COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
ANÁPOLIS DE JOGOS ELETRÔNICOS QUE CONTENHAM  
CENAS DE VIOLÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE  
MATERIAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL  
ORGÂNICA.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de propositura de Lei Ordinária de autoria do Vereador Luzimar Silva que dispõe sobre a proibição da comercialização e locação no município de Anápolis de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência e dá outras providências.

Segundo a justificativa, “uma pesquisa realizada e divulgada pela American Association of Psychology (APA) concluiu que jogos eletrônicos violentos podem estimular comportamentos agressivos. Visto os acontecimentos históricos de desastres violentos no Brasil e várias outras nações foi exposto a lei justificada”.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido” (Direito Administrativo Descomplicado, 25. ed., 2017, p. 832). Isso, é claro, com o intuito de gerar um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Em nosso país, a Constituição Federal de 1988 fixou atribuições à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios. Buscando a forma como a matéria discutida é tratada no texto constitucional, percebemos que legislar acerca de direito comercial é de competência privativa federal, conforme o inciso I do art. 22 da Carta Magna).

Sendo assim, a proposta não pode versar sobre o assunto, pois há nela a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para instituir normas acerca de um tema. No caso, o Município estaria invadindo a competência de legislar que cabe à União.





Essa também é a opinião exarada em parecer do Ministério Público de São Paulo em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada em desfavor de uma Lei Municipal daquele Estado que proibia a venda de narguilé a menores de idade. O número do processo é o 0265029-96.2012.8.26.0000.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que não foram observados os preceitos da Constituição Federal, em que pese a nobre intenção do Vereador, opina-se **DESAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição aqui discutida.

É o parecer.

Anápolis, 25 de março de 2019.

*Uedson Lopes*

Encaminha-se à MESA  
Em 26 de 03 de 19  
Presidente



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Fis. 10

**MEMORANDO 017/2019/RSM**

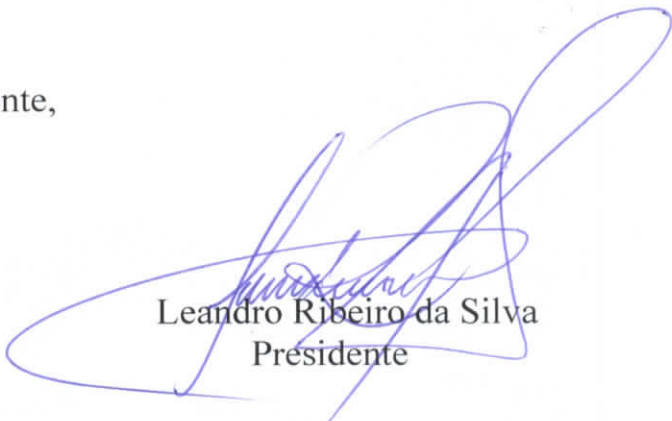
**Anápolis, 02 de abril de 2019.**

PARA: Vereador Luzimar Silva  
Câmara Municipal de Anápolis-GO.  
Nesta.

Prezado Vereador,

Notifica-se Vossa Excelência em conformidade com o Regimento Interno o projeto de lei ordinária nº 059/2019 de vossa autoria, que “dispõe sobre a proibição da comercialização e locação no Município de Anápolis de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência e dá outras providências”, que em face ao Parecer desfavorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, seguindo o tramite do Processo Legislativo, a matéria estará incluída na Sessão Plenária do dia 03 de abril de 2019.

Atenciosamente,

  
Leandro Ribeiro da Silva  
Presidente

Recebido  
02/04/2019  
Suzana



**CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**  
ESTADO DE GOIÁS

**REQUERIMENTO**

Exmo. Sr. Presidente,  
**LEANDRO RIBEIRO DA SILVA**  
Câmara Municipal de Anápolis  
Nesta.

O Vereador que abaixo assina, requer a V. Exa., conforme prescreve o Regimento Interno em seu artigo 143, que seja retirado da pauta e arquivado, o Processo de nº 059/2019, de nossa autoria, que "Dispõe sobre a proibição da comercialização e locação no Município de Anápolis de jogos eletrônicos que contenham cenas de violência e dá outras providências."

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Salas das Sessões, em 03 de abril de 2019.

  
**Luzimar Silva**  
VEREADOR  
PMN